

ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA NO APRENDER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

PSYCHOPEDAGOGICAL STRATEGIES FOR DEVELOPING AUTONOMY IN LEARNING: AN EVIDENCE-BASED LITERATURE REVIEW

 <https://doi.org/10.63330/armv1n2-003>

Submetido em: 17/04/2025 e Publicado em: 22/04/2025

Fabiana Sá Simões

Mestranda em Neurociência

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

E-mail: fabisasimoes@gmail.com

RESUMO

A promoção da autonomia na aprendizagem constitui um dos principais desafios enfrentados pela educação contemporânea, especialmente no contexto do ensino fundamental. A Psicopedagogia, ao articular conhecimentos das áreas da Educação, Psicologia e Neurociências, oferece importantes contribuições para a construção de estratégias eficazes voltadas à superação de dificuldades escolares e ao desenvolvimento da autorregulação. Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, as principais estratégias psicopedagógicas utilizadas para favorecer o desenvolvimento da autonomia no aprender. A pesquisa foi conduzida com base em 13 artigos científicos reais, publicados entre 2009 e 2025, disponíveis nas bases SciELO, Google Acadêmico e SciELO Preprints. Os dados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo, resultando em cinco categorias temáticas: ludicidade, Teoria Histórico-Cultural, gamificação, metodologias ativas e relações interpessoais. Os resultados indicaram que práticas fundamentadas na ludicidade, no uso de jogos, no fortalecimento das funções executivas, no uso intencional da tecnologia e na mediação qualificada contribuem de forma significativa para o engajamento, a motivação e a autorregulação dos estudantes. Conclui-se que as estratégias psicopedagógicas, quando bem planejadas e contextualizadas, não apenas melhoram o desempenho acadêmico, mas também promovem a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Autonomia; Aprendizagem; Ludicidade; TDAH; Estratégias educacionais.

ABSTRACT

Promoting autonomy in learning is one of the main challenges faced by contemporary education, especially in elementary school contexts. Psychopedagogy, by integrating knowledge from Education, Psychology, and Neuroscience, provides significant contributions to the development of effective strategies aimed at overcoming learning difficulties and fostering self-regulation. This study aimed to analyze, through a qualitative bibliographic review, the main psychopedagogical strategies used to promote autonomy in learning. The research was based on 13 real scientific articles published between 2009 and 2025, retrieved from databases such as SciELO, Google Scholar, and SciELO Preprints. Data were processed using content analysis, resulting in five thematic categories: playfulness, Historical-Cultural Theory, gamification, active learning methodologies, and interpersonal relationships. The results indicated that practices based on play, structured games, executive function enhancement, intentional use of technology, and qualified mediation significantly contribute to student engagement, motivation, and self-regulation. It is concluded that



psychopedagogical strategies, when well-planned and contextualized, not only improve academic performance but also foster the formation of autonomous, critical, and participative individuals.

Keywords: Psychopedagogy; Autonomy; Learning; Playfulness; ADHD; Educational strategies.



1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo dinâmico e multifacetado que envolve não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento da autonomia intelectual, emocional e social dos sujeitos. Nesse contexto, o papel da psicopedagogia emerge como um campo fundamental ao articular saberes da educação e da psicologia no enfrentamento das dificuldades escolares, propondo intervenções capazes de fomentar a autonomia no aprender (Resende; Cordeiro, 2024). A complexidade dos processos cognitivos, associados às especificidades individuais, exige estratégias que vão além da repetição mecânica de conteúdos, promovendo a participação ativa e consciente do aprendiz em sua trajetória formativa.

A autonomia, como capacidade de o sujeito tomar decisões, resolver problemas e se autorregular frente aos desafios escolares, é uma das metas mais nobres da prática educacional. Conforme Militão, Souza e Costa (2022), essa autonomia está relacionada a um ambiente educativo que valoriza o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo, permitindo que o aluno assuma responsabilidades e reflita criticamente sobre suas escolhas. Nessa perspectiva, a atuação psicopedagógica deve promover não apenas a superação das dificuldades, mas também a construção de um sujeito autônomo e autorreflexivo.

No âmbito da psicopedagogia, diversas abordagens têm sido propostas para estimular a autonomia. Dentre elas, destaca-se o uso de jogos como recurso de intervenção, fundamentado na teoria construtivista, que considera o brincar como atividade essencial ao desenvolvimento da inteligência (Camargo, 2009). Os jogos, ao promoverem situações-problema desafiadoras e prazerosas, favorecem a tomada de decisão, o raciocínio lógico e a autorregulação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e criativos.

A ludicidade, elemento central em muitas intervenções psicopedagógicas, tem se mostrado eficaz no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, especialmente em crianças com dificuldades de aprendizagem. De acordo com Resende e Cordeiro (2024), os recursos lúdicos utilizados em sessões clínicas, como jogos estruturados e testes psicopedagógicos, possibilitam a reorganização de competências cognitivas e a estimulação da atenção, da memória e da linguagem. Essa proposta ganha força ao ser articulada com a Teoria Histórico-Cultural, na qual a mediação pedagógica exerce papel central no processo de aprendizagem.

Além da ludicidade, estratégias que favorecem o autoconhecimento e a metacognição têm sido amplamente recomendadas na literatura. Suzarte e Alliprandini (2025) identificam que muitos estudantes do ensino médio utilizam estratégias autoprejudiciais, como a procrastinação ou a evitação de tarefas desafiadoras, devido à baixa autoeficácia. Nesse sentido, a intervenção psicopedagógica deve orientar o estudante a reconhecer suas próprias dificuldades, estabelecer metas realistas e utilizar recursos para monitorar seu desempenho, promovendo a autonomia metacognitiva.

A integração entre tecnologias digitais e práticas psicopedagógicas também representam uma inovação promissora na promoção da autonomia. A gamificação, por exemplo, tem sido aplicada como



uma estratégia lúdica e motivadora para engajar estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), favorecendo sua inclusão e participação ativa (Andrade *et al.*, 2025). Através de elementos como desafios, recompensas e feedbacks instantâneos, a gamificação permite ao aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, contribuindo para a construção de sua autonomia escolar.

Outra abordagem relevante é o desenvolvimento da competência digital como ferramenta de empoderamento do estudante no contexto contemporâneo. Segundo Santana e Jiménez (2024), a aquisição de habilidades digitais não deve se restringir ao uso técnico de dispositivos, mas sim à capacidade de selecionar, avaliar e produzir informações com criticidade e responsabilidade, o que se configura como um componente essencial da autonomia no aprender em tempos digitais.

Ainda nesse escopo, observa-se que práticas pedagógicas embasadas em metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (ABP) e a sala de aula invertida, têm demonstrado impacto positivo no desenvolvimento da autonomia dos alunos. Cunha *et al.* (2024) apontam que essas metodologias favorecem a centralidade do aluno no processo educativo, promovendo sua responsabilidade sobre o próprio aprendizado e estimulando a iniciativa, a cooperação e o pensamento crítico.

Na mesma linha, o método Montessori, por meio de sua organização do ambiente e dos materiais de forma a respeitar o ritmo e os interesses da criança, é reconhecido como uma metodologia que favorece significativamente a autonomia (Mendonça; Barbosa, 2019). Ao permitir que o aluno escolha suas atividades e aprenda por meio da experimentação, essa abordagem fortalece a autoconfiança, a autodisciplina e a capacidade de tomada de decisão – competências indispensáveis à autonomia.

Importa destacar também o papel das relações interpessoais na construção da autonomia moral. Segundo Militão, Souza e Costa (2022), ambientes escolares que priorizam a convivência ética e o desenvolvimento de valores como cooperação, justiça e solidariedade são mais propensos a formar sujeitos autônomos, capazes de agir de forma crítica e responsável em contextos coletivos. Isso implica uma atuação psicopedagógica que valorize o diálogo, a escuta ativa e a negociação de conflitos como práticas educativas.

Adicionalmente, a literatura tem apontado que a promoção da autonomia exige ações interdisciplinares, que envolvam a parceria entre psicopedagogos, professores e famílias. Resende e Cordeiro (2024) ressaltam que a eficácia das intervenções psicopedagógicas depende da articulação entre os diferentes contextos nos quais a criança está inserida, sendo essencial a escuta das famílias e a capacitação dos docentes para lidar com as particularidades dos alunos.

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento da autonomia no aprender é um processo complexo, que exige múltiplas estratégias e uma abordagem psicopedagógica sensível às especificidades individuais e contextuais. Seja por meio da ludicidade, da tecnologia, das metodologias ativas ou da mediação das relações sociais, a promoção da autonomia deve constituir-se como um princípio norteador de toda prática psicopedagógica comprometida com a formação integral do sujeito.



Portanto, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura, as principais estratégias psicopedagógicas utilizadas para promover a autonomia na aprendizagem de crianças e adolescentes do ensino fundamental. Pretende-se discutir a eficácia de práticas lúdicas, tecnológicas e metodológicas aplicadas em diferentes contextos educacionais, à luz de referenciais teóricos contemporâneos e estudos empíricos, com vistas à contribuição efetiva da psicopedagogia para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos.

2 OBJETIVOS

Analisar estratégias psicopedagógicas que promovem o desenvolvimento da autonomia na aprendizagem de estudantes do ensino fundamental, com base em evidências científicas e referenciais teóricos atuais da Psicopedagogia e da Educação.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar, na literatura científica, as principais práticas psicopedagógicas utilizadas no contexto clínico e institucional que favorecem o desenvolvimento da autonomia no aprender;
- Identificar abordagens teóricas que fundamentam o trabalho psicopedagógico voltado para a promoção da autonomia;
- Compreender o papel da ludicidade, da mediação e das metodologias ativas no fortalecimento da autorregulação e da iniciativa dos estudantes;
- Discutir o uso da tecnologia e da gamificação como recursos psicopedagógicos que estimulam o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem;
- Apontar contribuições interdisciplinares entre a Psicopedagogia, a Psicologia da Educação e as práticas docentes na construção de sujeitos autônomos.

3 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica de natureza qualitativa, cujo enfoque é compreender, sistematizar e analisar as principais estratégias psicopedagógicas utilizadas no processo de desenvolvimento da autonomia na aprendizagem de estudantes do ensino fundamental. A revisão tem como objetivo reunir e interpretar criticamente os conhecimentos existentes sobre o tema, permitindo a construção de um panorama teórico-metodológico fundamentado em evidências científicas recentes.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a interpretação aprofundada dos fenômenos educativos e psicopedagógicos analisados, com base na compreensão de sentidos, significados e relações estabelecidas entre práticas, teorias e contextos de aprendizagem. Segundo Gil (2011), os estudos qualitativos



não visam à generalização estatística dos dados, mas sim à compreensão crítica dos conteúdos disponíveis sobre determinado objeto de estudo, o que se adequa à proposta deste trabalho.

O levantamento dos artigos foi realizado por meio de buscas manuais e eletrônicas em periódicos científicos indexados, com ênfase nas plataformas SciELO, Google Acadêmico, Web of Science, SciELO Preprints e Livros da SciELO, considerando o período de publicação entre os anos de 2009 e 2025. A seleção das fontes foi orientada por critérios de relevância temática, rigor metodológico e reconhecimento institucional dos autores e revistas. Foram priorizados estudos que abordassem intervenções psicopedagógicas com foco na ludicidade, na autorregulação, nas metodologias ativas, nas práticas inclusivas e no uso de tecnologias digitais aplicadas à aprendizagem.

Ao todo, foram analisados 13 artigos científicos reais, previamente validados quanto à autenticidade e à disponibilidade em repositórios públicos de acesso aberto. Os estudos selecionados envolvem pesquisas empíricas, ensaios teóricos e capítulos de livros que exploram a atuação psicopedagógica em contextos clínicos e escolares, com atenção especial a populações com TDAH, dificuldades de aprendizagem, e em abordagens pedagógicas centradas no desenvolvimento da autonomia.

A técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), foi utilizada como referencial metodológico para o tratamento dos dados extraídos dos artigos. Essa técnica permitiu a categorização dos conteúdos em cinco eixos principais: (1) estratégias psicopedagógicas lúdicas; (2) práticas baseadas na Teoria Histórico-Cultural; (3) gamificação e uso de tecnologias educacionais; (4) metodologias ativas de aprendizagem; e (5) relações interpessoais e convivência ética como promotoras de autonomia.

O processo de análise foi conduzido de forma sistemática, com leitura flutuante dos textos, identificação dos objetivos de cada estudo, extração de dados relevantes e posterior organização em categorias temáticas. A triangulação entre os estudos foi realizada para validar as convergências entre os achados, possibilitando o estabelecimento de relações interpretativas sólidas e coerentes com os objetivos da pesquisa.

Por se tratar de uma revisão de literatura, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que o estudo não envolveu coleta de dados com seres humanos. No entanto, todas as normas éticas e acadêmicas foram rigorosamente respeitadas, com a devida citação e referência de todos os autores utilizados, conforme a ABNT NBR 6023:2023.

Dessa forma, a metodologia adotada neste artigo garante a confiabilidade, a coerência e a validade da construção do conhecimento, permitindo que as conclusões a serem apresentadas se sustentem em bases teóricas e empíricas robustas, legitimadas pelo rigor acadêmico das fontes utilizadas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção da autonomia no aprender é um processo que integra dimensões cognitivas, afetivas e sociais, sendo amplamente discutida por teóricos como Piaget, Vygotsky e Freire. Para Piaget (1988), a



autonomia se expressa como o autogoverno do sujeito, ou seja, a capacidade de estabelecer regras próprias em consonância com valores coletivos e com o respeito mútuo, sendo o objetivo final da educação a formação de indivíduos intelectualmente e moralmente autônomos.

Na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, o desenvolvimento da autonomia ocorre mediante a mediação social, sobretudo por meio da linguagem e das interações com adultos e colegas. A brincadeira, os jogos e as experiências lúdicas são considerados instrumentos fundamentais na formação das funções psicológicas superiores da criança, como atenção, memória e pensamento abstrato, sendo, portanto, indispensáveis na prática psicopedagógica voltada à promoção da autonomia.

A ludicidade, enquanto recurso metodológico, tem sido amplamente reconhecida como uma estratégia eficaz na promoção da autonomia. Huizinga (2014) conceitua o jogo como manifestação cultural que permite ao sujeito se expressar com liberdade, desenvolver sua criatividade e experimentar regras simbólicas, o que favorece tanto o autoconhecimento quanto o engajamento no processo de aprendizagem. Assim, as práticas psicopedagógicas que incorporam elementos lúdicos promovem a motivação intrínseca e a autoconfiança dos aprendizes.

De acordo com Guimarães *et al.* (2024), a inserção de tarefas prazerosas, como jogos de tabuleiro, contação de histórias e atividades interativas, estimula habilidades cognitivas e socioemocionais importantes para o exercício da autonomia. A ludificação do processo de ensino-aprendizagem contribui para a ampliação do repertório de estratégias cognitivas utilizadas pelos alunos, além de fortalecer sua capacidade de escolha e de tomada de decisão no ambiente escolar.

Na atuação clínica psicopedagógica, especialmente com crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a ludicidade se destaca como estratégia central. Estudos indicam que jogos estruturados, atividades simbólicas e materiais visuais favorecem a atenção sustentada, a memória operacional e o planejamento, competências diretamente relacionadas à autonomia cognitiva.

Além dos jogos, a repetição orientada, a fluência de leitura e o uso de estratégias metacognitivas também têm sido destacados como instrumentos eficazes no processo de construção da autonomia em alunos com dificuldades de aprendizagem. A prática psicopedagógica, ao atuar sobre as funções executivas, promove maior organização, disciplina e autorregulação, preparando o aluno para uma aprendizagem independente e crítica.

As metodologias ativas, por sua vez, têm sido amplamente discutidas como promotoras da autonomia na aprendizagem. De acordo com Cunha *et al.* (2024), essas metodologias colocam o aluno no centro do processo educativo, transferindo a ele a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, e exigindo posturas investigativas, colaborativas e críticas.

A aprendizagem baseada em problemas, os estudos de caso, a sala de aula invertida e os projetos interdisciplinares são exemplos de metodologias ativas que favorecem o desenvolvimento da autonomia ao



estimulem a pesquisa, a resolução de problemas e a tomada de decisões. Essas estratégias rompem com o modelo tradicional centrado no professor e promovem o protagonismo estudantil.

O uso de recursos digitais e de elementos de gamificação no ambiente escolar também desponta como uma abordagem inovadora e eficaz para desenvolver a autonomia. Segundo Andrade *et al.* (2025), a gamificação permite que o aluno interaja com os conteúdos de forma lúdica e motivadora, recebendo feedbacks imediatos que facilitam a autorregulação da aprendizagem, especialmente em estudantes com TDAH.

As tecnologias educacionais, quando associadas a uma proposta pedagógica intencional, podem potencializar o processo de aprender a aprender. A utilização de plataformas interativas, quizzes, aplicativos e jogos digitais educativos estimula a iniciativa, a persistência e a responsabilidade do aluno, configurando-se como instrumentos potentes no desenvolvimento de competências autônomas e autossustentáveis de aprendizagem.

O desenvolvimento da competência digital, nesse contexto, deve ser compreendido não apenas como domínio técnico de ferramentas, mas como parte integrante de uma formação crítica e autônoma. Segundo Santana e Jiménez (2024), a competência digital é multidimensional e abrange habilidades cognitivas, comunicacionais e éticas, fundamentais para que o aluno possa atuar com discernimento e responsabilidade na sociedade da informação. Essa competência, quando trabalhada desde os anos iniciais, fortalece a autonomia no uso consciente e autorregulado das tecnologias em favor da aprendizagem.

Outro eixo importante na construção da autonomia é o desenvolvimento da autorregulação da aprendizagem, processo que envolve planejamento, monitoramento, avaliação e ajustes nas estratégias utilizadas pelos estudantes. Para Suzarte e Alliprandini (2025), a percepção da própria capacidade (autoeficácia) é um dos fatores que mais influenciam na motivação e na autonomia dos alunos, sendo essencial que o psicopedagogo atue também no fortalecimento emocional e na construção de metas viáveis e progressivas.

O ambiente escolar deve oferecer contextos que favoreçam esse processo, com atividades desafiadoras, porém possíveis, que permitam ao aluno experimentar sucessos progressivos. Nesse sentido, o método Montessori se destaca por sua proposta de liberdade com responsabilidade, no qual a criança tem a possibilidade de escolher suas atividades e de interagir com materiais autocorretivos, aprendendo a partir de seus próprios erros e acertos (Mendonça; Barbosa, 2019). Esse tipo de abordagem valoriza o ritmo individual e fortalece a tomada de decisões, aspectos centrais da autonomia no aprender.

Ainda segundo Mendonça e Barbosa (2019), o desenvolvimento da autonomia não se dá automaticamente pela exposição a métodos alternativos, mas sim pelo planejamento intencional de propostas pedagógicas que incentivem a resolução de problemas, a reflexão crítica e a autorregulação das ações. A



simples utilização de recursos inovadores não garante o desenvolvimento da autonomia se não estiverem ancorados em uma concepção construtivista e dialógica da aprendizagem.

As relações interpessoais na escola também ocupam lugar central na construção da autonomia moral e intelectual dos alunos. Militão, Souza e Costa (2022) argumentam que ambientes educativos que promovem a convivência ética, o diálogo e o respeito mútuo favorecem a tomada de decisões autônomas e a internalização de valores sociais importantes para o exercício da cidadania. Essa convivência ética deve estar incorporada nas práticas curriculares e na gestão democrática das escolas.

A atuação do psicopedagogo escolar, nesse sentido, não se restringe à identificação de dificuldades específicas, mas amplia-se para a construção de propostas educativas integradas, voltadas para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos. O plano de convivência escolar é um exemplo prático dessa perspectiva, funcionando como eixo norteador para ações que visam o desenvolvimento moral e social dos alunos a partir de vivências cotidianas de responsabilidade, escuta e cooperação.

Em consonância com os princípios da Psicopedagogia Clínica, o desenvolvimento da autonomia requer também o trabalho conjunto com as famílias e com a equipe pedagógica da escola. Conforme ressaltado por Resende e Cordeiro (2024), as intervenções psicopedagógicas tornam-se mais efetivas quando há uma colaboração estreita entre psicopedagogo, professores e pais, possibilitando uma rede de apoio que favoreça a continuidade e a coerência das estratégias utilizadas.

A Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky fornece uma base teórica sólida para compreender como o processo de mediação pode transformar as capacidades do sujeito em formação. O conceito de zona de desenvolvimento proximal destaca a importância das interações sociais e do apoio de adultos ou colegas mais experientes para que o aprendiz alcance níveis mais elevados de autonomia. Assim, o papel do psicopedagogo é essencial na criação de situações desafiadoras, mas acompanhadas, que favoreçam esse processo de internalização de habilidades superiores.

O psicopedagogo, enquanto mediador do processo de aprendizagem, atua como facilitador da construção de sentidos, incentivando o aluno a refletir, tomar decisões e estabelecer metas. Ao mobilizar signos e instrumentos – sejam jogos, textos, imagens ou estratégias digitais – ele possibilita que o estudante desenvolva o controle consciente sobre sua aprendizagem, elemento chave para a autonomia cognitiva e afetiva (Vygotsky, 2010 apud Oliveira; Miranda, 2020).

Finalmente, é importante destacar que a autonomia na aprendizagem não se refere à ausência de mediação, mas à sua qualidade e à sua intencionalidade. O aluno autônomo não é aquele que aprende sozinho, mas aquele que é capaz de apropriar-se dos instrumentos disponíveis, refletir criticamente sobre sua prática e tomar decisões com base em critérios construídos coletivamente. A psicopedagogia, ao articular teoria e prática, torna-se uma aliada indispensável na construção de sujeitos capazes de aprender de forma significativa, autorregulada e comprometida com a transformação social.



A ludificação das práticas pedagógicas representa, portanto, uma ponte entre o conteúdo escolar e a experiência significativa do aluno, promovendo um ambiente no qual a curiosidade, a afetividade e o desejo de aprender são estimulados. De acordo com Andrade *et al.* (2025), os recursos lúdicos, especialmente aqueles vinculados à gamificação, potencializam o engajamento e permitem que o estudante exercite sua autonomia de forma espontânea, por meio de escolhas, ações e reflexões que exigem planejamento e controle.

A gamificação, nesse sentido, não se restringe ao uso de jogos eletrônicos, mas compreende a inserção de elementos de jogos — como desafios, recompensas, níveis e narrativas — em contextos de ensino, tornando a aprendizagem mais envolvente. Martins e Giraffa (2015 apud Andrade *et al.*, 2025) explicam que a gamificação estimula o aluno a persistir nas atividades escolares, a se autoavaliar constantemente e a ajustar suas estratégias de resolução de problemas, habilidades centrais para o desenvolvimento da autonomia no aprender.

Além da ludificação e da gamificação, é imprescindível destacar o papel das estratégias metacognitivas no fortalecimento da autonomia. Segundo Suzarte e Alliprandini (2025), alunos que possuem consciência de seus processos cognitivos, isto é, que sabem planejar, monitorar e avaliar seu desempenho, apresentam maior capacidade de autorregulação e resiliência diante das dificuldades escolares. O psicopedagogo, nesse contexto, atua como incentivador da reflexão e do uso intencional de estratégias de aprendizagem.

Nesse ponto, observa-se que a intervenção psicopedagógica deve ir além da remediação de dificuldades e concentrar-se também no desenvolvimento de competências para a vida. A prática clínica descrita por Resende e Cordeiro (2024) destaca que a ludicidade, aliada a técnicas de organização e mediação afetiva, contribui não apenas para a aprendizagem de conteúdos, mas para o aprimoramento das funções executivas como atenção, memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, todas indispensáveis à autonomia.

Estudos demonstram que crianças com TDAH, por exemplo, se beneficiam de ambientes estruturados, previsíveis e com objetivos claros, mas que também sejam flexíveis o suficiente para permitir a experimentação e o erro. A gamificação, nesses casos, aparece como estratégia eficaz para captar a atenção e incentivar o foco, ao mesmo tempo em que promove a autonomia gradativa do sujeito em relação à sua própria aprendizagem (Andrade *et al.*, 2025).

Além disso, Andrade *et al.* (2025) observam que as atividades gamificadas promovem não apenas o engajamento, mas também a superação de barreiras emocionais e cognitivas, ao transformarem o erro em parte natural do processo de aprendizagem. Isso possibilita a reformulação de crenças disfuncionais sobre a capacidade de aprender e a valorização do esforço e da persistência, elementos fundamentais para a constituição da autonomia.



A psicopedagogia, como campo interdisciplinar, opera justamente nessa articulação entre o saber científico e a prática contextualizada, buscando estratégias que respeitem o ritmo, os interesses e as necessidades do sujeito em sua integralidade. Conforme aponta Militão *et al.* (2022), o trabalho da psicologia escolar, quando voltado à convivência ética e à valorização da diversidade, fortalece o protagonismo dos alunos e sua capacidade de escolha e responsabilização coletiva.

Essa visão também se alinha à proposta da Teoria Histórico-Cultural, especialmente na concepção de mediação pedagógica e de zona de desenvolvimento proximal, em que o professor ou psicopedagogo atua como mediador das aprendizagens e não como mero transmissor de informações. A mediação, ao ocorrer dentro de um ambiente afetivo e culturalmente significativo, permite que o aluno avance de um nível real para um nível potencial de desenvolvimento (Vygotsky, 2010 apud Oliveira, 2009).

A compreensão do processo de construção da autonomia também envolve o reconhecimento das barreiras contextuais e institucionais que dificultam a aprendizagem significativa. Camargo (2009), ao refletir sobre a ineficácia do uso de jogos em determinados contextos, alerta que a simples introdução de materiais lúdicos não garante a atividade intelectual do aluno, sendo necessário que haja intencionalidade pedagógica, articulação com o conteúdo e estímulo à reflexão do estudante.

É nesse sentido que o conceito de “verbalismo da imagem”, proposto por Piaget e retomado por Camargo (2009), torna-se relevante: trata-se da ilusão de que materiais visuais ou lúdicos, por si só, garantem o aprendizado. O que de fato promove a autonomia e o desenvolvimento é a capacidade do aluno de construir sentido para as ações que realiza, articulando-as com seus esquemas mentais e com as interações sociais que vivencia no espaço educativo.

Outro ponto essencial diz respeito à formação docente e ao preparo dos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem. Conforme destacam Resende e Cordeiro (2024), o sucesso das estratégias psicopedagógicas voltadas para a autonomia depende, em grande parte, da capacitação contínua dos professores e psicopedagogos, especialmente no que diz respeito à identificação de dificuldades, uso de recursos lúdicos e mediação de conflitos escolares. A formação continuada deve ser orientada por uma perspectiva crítica, que valorize a escuta ativa, a empatia e o respeito às singularidades dos sujeitos em processo de aprendizagem.

O apoio interdisciplinar também se mostra imprescindível na construção da autonomia, sobretudo quando se trata de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, como o TDAH. Andrade *et al.* (2025) demonstram, por meio de uma pesquisa qualitativa com professores da rede pública, que a ausência de articulação entre escola, família e profissionais de saúde dificulta a adoção de estratégias eficazes e sustentáveis no cotidiano escolar. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico deve ser colaborativo, envolvendo diferentes saberes e profissionais, com vistas a um acompanhamento mais integral e eficaz.



No contexto clínico, observa-se que a intervenção psicopedagógica precisa ser fundamentada em instrumentos diagnósticos e metodologias que levem em conta não apenas os sintomas e comportamentos, mas também os potenciais do sujeito. Resende e Cordeiro (2024) identificaram que instrumentos como os Cubos de Corsi, o Teste de Trilhas, o BRIEF e a Torre de Londres, quando aplicados de forma contextualizada, fornecem subsídios para a elaboração de planos de intervenção que priorizam o fortalecimento das funções executivas e a promoção da autonomia a partir das vivências do sujeito em seu cotidiano.

Por fim, é possível afirmar que a construção da autonomia no aprender é um processo que exige tempo, sensibilidade e mediação qualificada. A atuação psicopedagógica, ao se articular com princípios teóricos como a Teoria Histórico-Cultural e com práticas fundamentadas na ludicidade, na gamificação e nas metodologias ativas, torna-se uma ferramenta poderosa na promoção do protagonismo estudantil. Mais do que superar dificuldades pontuais, a psicopedagogia deve contribuir para que o sujeito se reconheça como agente de sua própria aprendizagem, capaz de refletir, decidir e transformar sua realidade.

Dessa forma, as estratégias psicopedagógicas voltadas ao desenvolvimento da autonomia não apenas contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico, mas, sobretudo, para a formação de sujeitos críticos, criativos e autônomos. O desafio posto aos profissionais da educação e da psicopedagogia é o de construir espaços de aprendizagem nos quais o erro seja compreendido como parte do processo, a diversidade seja valorizada, e a autonomia, efetivamente promovida como um direito e uma condição para a cidadania plena.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o desenvolvimento da autonomia na aprendizagem é um processo complexo, mas essencial à formação integral do sujeito. As estratégias psicopedagógicas analisadas demonstram que práticas fundamentadas na ludicidade, na mediação qualificada, nas metodologias ativas e no uso consciente de tecnologias podem transformar significativamente o modo como os estudantes se relacionam com o saber e com o próprio processo de aprender. A psicopedagogia, enquanto campo interdisciplinar, ocupa papel central nessa construção, ao articular saberes da educação, da psicologia e das neurociências com foco na singularidade do aprendiz e na superação de barreiras ao desenvolvimento da autonomia.

As práticas psicopedagógicas voltadas à promoção da autonomia devem priorizar a intencionalidade pedagógica e o respeito ao ritmo individual dos alunos. Intervenções lúdicas, jogos estruturados, estratégias metacognitivas e a gamificação foram amplamente discutidas nos estudos analisados como caminhos eficazes para estimular a autorregulação, a motivação intrínseca e a tomada de decisões. Tais elementos contribuem diretamente para a formação de estudantes mais autônomos, confiantes e críticos, capazes de participar ativamente de sua trajetória educacional. Essa perspectiva se alinha às contribuições de teóricos como Piaget



e Vygotsky, que compreendem a autonomia como um processo relacional e construído em contextos interativos e significativos.

Além disso, o trabalho interdisciplinar entre psicopedagogos, professores e familiares mostrou-se indispensável para garantir a eficácia das estratégias propostas. A literatura evidencia que a autonomia não é construída de forma isolada, mas mediada por interações que envolvem afeto, confiança e cooperação. A articulação entre escola, clínica e família potencializa os resultados das intervenções psicopedagógicas, promovendo um ambiente mais inclusivo, acolhedor e formativo. O protagonismo do estudante é, assim, construído gradualmente, com base em experiências educativas que estimulam a curiosidade, o senso crítico e a responsabilidade.

A importância de práticas pedagógicas centradas na autonomia ganha ainda mais relevância quando se trata de estudantes com dificuldades de aprendizagem ou com transtornos como o TDAH. Os estudos analisados demonstram que, quando respeitadas suas especificidades e quando oferecidos recursos adequados, esses sujeitos podem desenvolver habilidades cognitivas, emocionais e sociais fundamentais para seu pleno desenvolvimento. A psicopedagogia, ao atuar nesse cenário, contribui para o empoderamento dos aprendizes, garantindo-lhes não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a capacidade de gerir esse conhecimento de forma crítica e transformadora.

Em suma, o presente trabalho reafirma que as estratégias psicopedagógicas voltadas ao desenvolvimento da autonomia no aprender devem ser entendidas como um compromisso ético e político com a formação de sujeitos mais conscientes, reflexivos e ativos em suas comunidades. Promover a autonomia é promover dignidade, cidadania e possibilidades de transformação social. Cabe aos profissionais da psicopedagogia, da educação e da saúde construir caminhos possíveis, sustentados por práticas fundamentadas em evidências, para que cada estudante possa tornar-se protagonista de sua história de aprendizagem.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, W. K. A.; CARVALHO, P. V. R.; ALMEIDA, V. E. TDAH no ambiente escolar: desafios e estratégias para inclusão utilizando a gamificação. SciELO Preprints, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11241>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CAMARGO, R. L. Princípios para o uso de jogos na intervenção psicopedagógica: um estudo realizado com crianças do segundo ano do ensino fundamental (1ª fase do ciclo básico). In: OLIVEIRA, M. L. (Org.). (Im)pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 121-144. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vtzmp/pdf/oliveira-9788579830228-08.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- CUNHA, M. B. da *et al.* Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. Educação em Revista, v. 40, e39442, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839442>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- LOMONACO, J. F. B. Psicologia e educação: hoje e amanhã. IV Congresso Nacional de Psicologia Escolar. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- MENDONÇA, R. R.; BARBOSA, A. J. G. O método Montessori e o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 49, p. 3-12, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- MILITÃO, A. C.; SOUZA, J. O. S.; COSTA, T. A. Relações interpessoais e desenvolvimento moral: plano de convivência como eixo de atuação da Psicologia Escolar. In: TEIXEIRA, A. M. B.; JACINTO, P. M. S.; DAZZANI, M. V. M. (Orgs.). O futuro é meu enquanto eu viver: desafios da psicologia em contextos educacionais. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 17-45. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786556305189.0002>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- RESENDE, S. D.; CORDEIRO, S. M. N. A prática psicopedagógica no TDAH infantil: do diagnóstico à intervenção. SciELO Preprints, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10253>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- SANTANA, F. B. F.; JIMÉNEZ, J. C. Desenho e validação de uma escala para medir a competência digital sob o enfoque sócio cultural. SciELO Preprints, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9429>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- SUZARTE, V. E. R. S.; ALLIPRANDINI, P. M. Z. Estratégias autoprejudiciais e crenças de autoeficácia em estudantes do ensino médio. SciELO Preprints, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11668>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- TEIXEIRA, A. M. B.; JACINTO, P. M. S.; DAZZANI, M. V. M. (Orgs.). O futuro é meu enquanto eu viver: desafios da psicologia em contextos educacionais. Salvador: EDUFBA, 2022. ISBN 978-65-5630-518-9.
- BRANDÃO, H. P.; BORGES-ANDRADE, J. E. Desenvolvimento e validação de uma escala de estratégias de aprendizagem no trabalho. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 24, n. 3, p. 448-457, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc>. Acesso em: 11 abr. 2025.



HERDY, J. R. A. *et al.* Habilidades de leitura, escrita e matemática em crianças com TDAH. Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 15-27, 2019.

SILVA, R. A.; MOURA, L. P.; SANTOS, V. M. Gamificação como estratégia didática para alunos com TDAH. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, n. 1, p. 89-108, 2021.